Em relação ao índice constitucional da FAPERJ, cabe destacar que até o exercício de 2017, o TCE-RJ considerava para efeito do cálculo do limite constitucional para aplicação na fundação, as despesas liquidadas. Na sequência, informa que o entendimento foi alterado a partir da análise das Contas de Governo de 2018, quando a Corte passou a calcular o cumprimento do mandamento constitucional pela

Vale destacar ainda, que a desvinculação de receitas promovida pelo Decreto Estadual nº 45.874/16, não é observado pelo TCE, no qual em seu entendimento não se aplica ao valor que deve ser destinado, anualmente, à Faperj, por força do disposto no art. 332 da Constituição Estadual. Coube ao Tribunal observar a jurisprudência reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que a vinculação de receitas à Faperj encontra amparo no art. 218, § 5°, da Constituição Federal, que faculta aos Estados "vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica", razão pela qual a desvinculação promovida pelo Decreto Estadual nº 45.874/16 foi declarada inconstitucional no

Neste contexto, a ênfase no relatório 2019 é a do não cumprimento do índice de 2%, considerada a despesa paga. O assunto é complexo sugerindo-se a revisão do texto constitucional estadual e entendimentos do Executivo com TCE.

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUAL-DADES SOCIAIS (FECP)

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - FECP foi constituído pela Lei Estadual nº 4.056/2002, em cumprimento ao disposto no artigo 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal - ADCT, com o objetivo de viabilizar a todos os fluminenses acesso a níveis dignos de subsistência, visando à melhoria da qualidade de vida. Vale destacar que o FECP teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2023 pela da Lei 8643/2019

A referida Lei Estadual, em seu artigo 2º, enumera as origens dos recursos destinados à formação do FECP. Tais recursos constituemse, basicamente, de um acréscimo na alíquota do ICMS, de dois a quatro pontos percentuais, identificados no orçamento estadual pela Fonte de Recursos nº 122.

A aplicação de tais recursos, deverá ser feita em ações suplementares nas áreas de nutrição, habitação, educação, inclusive educação universitária, saúde, reforço da renda familiar, saneamento e outros programas de relevante interesse social, com propósito de redução da

No exercício de 2019, a receita do FECP, classificada na fonte de recursos 122, alcançou R\$ 4.578.273.704,00, conforme tabela a seguir:

Fm R\$ 1.00

| DESCRIÇÃO | ARRECADAÇÃO |
|--|---------------|
| Adicional ICMS - Multas e Juros | 4.531.502.686 |
| Adicional ICMS - Dívida Ativa | 17.076.191 |
| Adicional ICMS - Dívida Ativa - Mul Jur | 2.823.374 |
| Multas Prev Legis Esp Natureza Não Formal - Dívida Ativa | 842.260 |
| Multas Prev Legis Específica - Natureza Não Formal - Principal | 8.463.192 |
| Outras Indenizações - FECP - Principal | 346.472 |
| Total | 4.578.273.704 |

(Fonte: PROCESSO TCE Nº 101.730-3/20 - Fls.: 304-305)

Sociais - FECP em 2019, foi o seguinte:

A execução das despesas realizadas com os recursos do FECP totalizou R\$ 4.002.532.157,00, tendo sido assim distribuída por Programa de Governo:

Em R\$ 1,00

| Programa | DESPESA LIQUIDADA |
|--|-------------------|
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 2.219.660.179 |
| Gestão Administrativa | 647.736.167 |
| Bilhete Único | 330.434.007 |
| Operacionalização e Desenvolv. da Rede de Ensino | 266.605.870 |
| Assistência Pré-Hospitalar | 181.656.648 |
| Demais Programas | 356.439.285 |
| Total | 4.002.532.157 |

(Fonte: PROCESSO TCE Nº 101.730-3/20 - Fls.: 305) Notas: 1) Demonstra-se na tabela os programas cujos valores liquidados foram majores que R\$100 milhões, com base no exercício de 2019;

O Resultado da Execução Orçamentária do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades

Em R\$ 1,00

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | VALOR |
|--|---------------|
| Receita Arrecadada(a) | 4.051.591.837 |
| Despesa Liquidada (b) | 4.002.532.157 |
| Resultado Orçamentário (a-b) | 49.059.680 |
| % Despesa Liquidada/Receita Arrecadada (a/b) | 98,79% |
| Despesa Empenhada (d) | 4.002.532.157 |

Assim como ocorre com o FECP, não há dispositivo legal que obrigue a execução total dos recursos destinados ao FEHIS dentro do próprio exercício, mas sim a obrigação de o Estado aplicar os recursos de acordo com a finalidade do FEHIS, não perdendo a vinculação independente do exercício em que ocorra, de acordo com o parágrafo único do art. 8° da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os valores não aplicados devem ser inscritos em conta representativa de créditos a receber pelo FEHIS de forma a manter controle sobre os valores que deverão ser destinados às finalidades previstas na legislação do aludido Fundo.

Prestação de Serviço de Comunicação e Ações para Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos

A alteração aprovada na Lei Complementar 139/2010 incluiu o § 6°, no art. 3° da Lei Estadual nº 4.056/02, devendo o Governo do E.RJ destinar um percentual mínimo dos recursos do Fecp para a prestação de serviço de comunicação referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga e os serviços de TV por assinatura destinados para a população de baixa renda e ações para prevenção e recuperação de dependentes químicos.

Em relação a esta inclusão, o Governo do Estado reconheceu não ter aplicado recursos do Fecp nas finalidades previstas citadas, porém não há percentual mínimo a ser destinado definido em lei, assim como não estabelece, como consequência da inobservância, a aposição de Irregularidade nas Contas de Governo.

Descrição

Dedução - Demais Patrimoniais - Royalties do Petróleo - Até 5% - Principal

Dedução - Demais Patrimon - Royalties Petróleo - Transf Municípios - Principal

Dedução - Demais Patrimoniais - Participação Especial do Petróleo - Principal

Dedução - Demais Patrimoniais - Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal

Dedução - Demais Patrimon - Royalties Petróleo - Até 5% - PRÉ-SAL - Principal

Dedução - Demais Patrim-Royalties Petróleo -Transf Municípios - PRÉ SAL - Princ

Dedução - Demais Patrim - Royalties Petróleo - Exced a 5% - PRÉ-SAL - Principal

Outras Receitas do FECAM

BASE DE CÁLCULO

Dedução - Demais Patrim - Participação Especial Petróleo - PRÉ-SAL - Principal

Dedução - Demais Patrimoniais - Royalties Petróleo - Excedente a 5% - Principal

Aplicações e limites incluídos através da aprovação da LC nº 183/2018.

Observa-se ainda, as alterações aprovadas na Lei Complementar Estadual nº 183 de 26 de dezembro de 2018, incluindo ao artigo 3º da Lei 4.056/2002, os parágrafos, 8°, 9°, 10° e 11°, dispondo sobre as seguintes destinações de recursos do Fecp respectivamente:

Percentual de 0,2% dos recursos do Fecp, exclusivamente ao Plano

Estadual de Assistência Oncológica

2 - Rede de atenção psicossocial Percentual mínimo de 0,25% dos recursos do Fundo à Rede de Aten-

1 - Plano Estadual de Assistência Oncológica

ção Psicossocial (Raps).

3 - Prevenção e mitigação de riscos Geotécnicos

Percentual de 0,2% dos recursos do Fecp, exclusivamente, aos planos de trabalho previstos em lei orcamentária relativos à Prevenção e Mitigação de Riscos Geotécnicos do ERJ.

4 -Programas e Projetos voltados à educação inclusiva

Percentual mínimo de 0,5% para programas e projetos voltados à Educação Inclusiva, incidindo sobre a receita arrecadada para o Fundo que trata esta Lei no exercício anterior.

pobreza e das desigualdades sociais. 4.002.532.157 Despesa Liquidada (e) Despesa Paga (f) 3.651.191.237

(Fonte: PROCESSO TCE Nº 101.730-3/20 - Fls.: 306)

O resultado superavitário da execução orçamentária do Fundo, referente à fonte de recursos nº 122 - Adicional do ICMS - Fecp, no montante de R\$ 49,06 milhões, evidencia a aplicação de 98,79% do total arrecadado no exercício de 2019.

Os valores liquidados e não pagos no exercício devem ser mantidos nos registros contábeis até o efetivo repasse ou pagamento das despesas, pois são vinculados constitucionalmente ao FECP, em atendimento ao art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, à Lei Estadual nº 4.056/02 e ao parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aplicações e Limites Legais do FECP

Inscrição de RPNP (d-e)

Inscrição de RPP (e-f)

Despesa de pessoal com recursos do FECP

A Lei Complementar Estadual nº 167/15, que alterou o § 4º ao art. 3º da Lei Estadual nº 4.056/02, dispôs sobre a utilização dos recursos do FECP em Despesas com Pessoal nas ações que utilizam recursos daquele Fundo, aumentando o limite de 20% para 40% do total estimado de receita do aludido Fundo constante no orcamento anual.

Considerando a Receita Estimada para o FECP e as Despesas Empenhadas com Pessoal no exercício de 2019, apura-se que foi aplicado 28,34% daquele montante, percentual dentro do limite legalmente estabelecido, conforme se demonstra:

Em R\$ 1,00

351.340.920

| Previsão Atualizada da Receita de FECP | 5.074.090.845 |
|--|---------------|
| Despesas de Pessoal Empenhadas | 1.437.890.942 |
| % aplicado em relação à receita FECP | 28,34% |

(Fonte: PROCESSO TCE Nº 101.730-3/ 2020 Fls 313)

Cabe lembrar que o efeito da alteração promovida pela Lei 8643/2019, no referido § 4º ao art. 3º da Lei Estadual nº 4.056/02, aumentando o limite para 50%, será objeto de apreciação na Prestação de Contas de Governo relativa ao exercício de 2020.

Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social - FEHIS

Para atendimento ao que dispõe a Lei Estadual nº 4.056/02, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS, fundo contábil criado pela Lei Estadual nº 4.962, de 20 de dezembro de 2006, deveria receber, no exercício de 2019, 5% dos recursos do FECP.

Para o atendimento de tal exigência, a execução dos recursos pode ser assim resumida

Em R\$ 1.00

| Receita arrecadada FR 122 (FECP) | 4.578.273.704 |
|--|---------------|
| Valor mínimo a ser aplicado no FEHIS | 228.913.685 |
| Despesa Liquidada no Fehis | 64.480.852 |
| Destinação a menor | 164.432.833 |
| Percentual destinado s/ receita arrecadada | 1,41% |
| | |

(Fonte: PROCESSO TCE Nº 101.730-3/20/20 -Fls.: 308)

com a sua publicação em Diário Oficial em 27.12.2018. Contudo, no texto final publicado foram vetados pelo Senhor Governador, os parágrafos 7°, 8°, 9°, 10° e 11° do artigo 3°, bem como os artigos 15° e 16°. Tendo o Poder Legislativo deliberado pela rejeição do veto somente em 02/04/2019, momento em que o ciclo orcamentário já se havia iniciado e já estava em fase de execução, segundo as leis orcamentárias aprovadas.

Cabe destacar que a Lei Complementar nº 183/2018, entrou em vigor

FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESEN-**VOLVIMENTO URBANO (FECAM)**

O FECAM é um fundo contábil que se destina à implementação de programas e projetos de recuperação e preservação do meio ambiente, bem como de desenvolvimento urbano, sendo vedada sua utilização para pagamento de pessoal da administração pública direta e indireta ou de despesas de custeio diversas de sua finalidade. Criado com fundamento no art. 263 da Constituição Estadual, que também dispõe sobre os recursos que o compõem e as aplicações que se coadunam com seus objetivos

Os recursos do fundo definidos no art. 263, § 1º, da Constituição do Estado do Rio Janeiro a serem aplicados no FECAM, considerando a desvinculação de que trata a Emenda Constitucional Federal no

Em R\$ 1.00

-792.053.111 -328.505.387

-770.937.597

-11.058.967

-910.837.384

-319.592.064

-927.090.624

-5.785.600.058

118.989.543

12.824.638.720

641.231.936 118.989.543

760.221.479

12.824.638.720

-2.157.573.067

Receita Arrecadada

1.871.819 Demonstrativo da Aplicação dos Recursos Constitucionalmente Vinculados Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal Em R\$ 1.00 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal 8.105.980 2.091.372.529 Dem Rec Pat - Royalties pela Produção do Petróleo - Até 5% DESCRIÇÃO **DESPESA LIQUIDADA** Dem Rec Pat - Royalties pela Produção do Petróleo - Excedente a 5% 1.720.722.232 <u>Valor Mínimo a Aplicar (a)</u> 760.221.479 Dem Rec Pat - Participação Especial Exploração do Petróleo 4.874.181.782 Restos a Pagar Processados Cancelados 1 (b) 213.035 Valor Total a ser aplicado pelo FECAM (c) = (a) + (b) 760.434.514 Dem Rec Pat - Fundo Especial do Petróleo - FEP 23.684.121 Valor Aplicado pelo FECAM na Fonte 104 (d) 116.012.332 Dem Rec Pat - Royalties pela Produção do Petróleo - Até 5% - PRÉ-SAL 2.203.634.734 Valor aplicado a menor (e) = (c) - (d) 644.422.182 Dem Rec Pat - Royalties pela Produção do Petróleo - Excedente a 5% - PRÉ-SAL 1.917.392.122 Percentual Destinado ao FECAM 15,26% Dem Rec Pat - Participação Especial PRÉ-SAL 11.990.863.526 Dedução - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal -3.941.866

(Fonte: SIAFE-Rio PROCESSO TCE Nº 101.730-3/20 -- Fls.:325)

Com efeito, diante da decisão do STF no RE 1.244.992 AgR, O TCE, em seu parecer, afastou de sua análise, a incidência da regra estabelecida no art. 263, § 1º, da Constituição Estadual, uma vez que a vinculação de receitas orçamentárias a fundos de proteção ambiental não encontra guarida na Constituição Federal. Dessa forma, os recursos necessários à implementação de programas e projetos de recuperação e preservação do meio ambiente, bem como de desenvolvimento urbano, devem constar da respectiva Lei Orçamentária Anual, cuja iniciativa é do Chefe do Poder Executivo, não se admitindo a vinculação de receitas orçamentárias a fundos com essa finalidade

Conforme demonstrado na tabela a seguir, o Poder Executivo não aplicou no Fundo o valor previsto no art. 263, §1°, inc. I, da Constituição Estadual, tendo em vista que liquidou despesas no total de R\$

116.012.332,00, deixando de ser aplicados R\$ 644,4 milhões, conforme tabela abaixo:

Em relação aos recursos não destinados ao Fecam nos exercícios anteriores, o entendimento do Tribunal a esse respeito, destaco que a EC nº 73/19 alterou dispositivos referentes aos recursos destinados ao Fecam, dos quais destaco os §§ 5º e 6º do art. 263 da Constituição do ERJ.

FUNDO ESTADUAL DE EQUILÍBRIO FISCAL (FEEF)

Os Estados foram autorizados, mediante o Convênio ICMS nº 42/16, formalizado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a:

reduzir o montante dos incentivos fiscais ou financeiros existentes, que resultassem em diminuição de ICMS a pagar, em, no mínimo, 10%; ou

(ii) condicionar a fruição dos referidos benefícios a depósito de, no mínimo, 10% do valor do respectivo incentivo, em fundo de equilíbrio fiscal instituído pela unidade federativa.

(Fontes: SIAFE-Rio PROCES. TCE Nº 101.730-3/20 - Fls.: 322)

Receitas Incluída na Base de Cáculo do Fecam - Subtotal (A)

Total

297 - Conservação Ambiental

Base de Cálculo (B) = (A) * 5%

Outras Receitas do Fecam - Subtotal (C)

Recursos a Serem Aplicados no Fecam = (B) + (C)